

Volta do DPVAT deve ser votada nesta semana

Texto envolve negociações em relação a vetos de Lula

Por Ana Paula Marques

O líder do governo no Senado Federal, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que o projeto que recria o seguro DPVAT, que cobre vítimas de acidentes graves no trânsito, deve ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta semana. Apesar de ainda não ter uma data definida, a afirmação ocorre após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva solicitar ao Congresso Nacional que seja atribuído regime de urgência na tramitação do texto.

O pedido foi publicado na última quinta-feira (25) no Diário Oficial da União. O projeto é considerado importante para o governo porque é uma possível fonte para o pagamento de emendas parlamentares. Entretanto, Há riscos de derrotas para o governo nesse tema, já que a avaliação é de que os parlamentares usem a pauta como uma resposta à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin, que retomou a reoneração da folha de pagamento de municípios e 17 setores da economia.

Segundo Jaques Wagner, a votação da proposta é parte de um acordo do governo com as duas Casas do Congresso Nacional para recompor R\$ 3,6 bilhões dos R\$ 5,6 bilhões dos recursos das emendas de comissão vetados pelo presidente Lula.

“Houve um primeiro acordo em torno de R\$ 11 bilhões e esse acordo acabou saindo da Comissão de Orçamento com R\$ 16,6 bilhões. Se sentou para conversar e os R\$ 5,6 bilhões viraram R\$ 3,6 bilhões que serão destinados para emendas, sendo R\$ 2,4 bilhões para Câmara e R\$ 1,2 bilhão para o Senado, e isso está batido o martelo. Agora é preciso localizar onde estão esses R\$ 3,6 bilhões”.

ComunicaBR: Projeto da Secom ganha prêmio de transparência

A Secretaria de Comunicação Social do governo federal (Secom) ganhou a 2ª edição do Prêmio Social Media Gov de Comunicação Pública, com o ComunicaBR. O evento aconteceu em Florianópolis, capital de Santa Catarina, nesta quinta-feira (25). A premiação é destinada para instituições públicas que tenham produção de conteúdo relevante nas redes sociais.

O vídeo produzido e divulgado nas redes sociais para a divulgação do projeto de transparência do Governo Federal extrapolou as expectativas e superou outras cinco finalistas na Categoria Transparência da premiação.

“Parabéns ao time da Secretaria de Comunicação Social da Previdência (Secom) pelo reconhecido trabalho de levar informação com transparência para todo o Brasil”, celebrou o ministro Paulo Pimenta.

O ministro também destacou que a plataforma “é pra todo mundo” e “mostra que a equipe de comunicação do governo está no rumo certo”. “Com o ComunicaBR, falamos diretamente com a população e mostramos os resultados e entregas do governo na região onde cada um mora e no país todo. Também auxiliamos a imprensa e os gestores a terem os dados mais atualizados e corretos”, completou.



Wilson Dias/Agência Brasil

Sessão no Congresso será leve em decorrência do feriado

O senador ainda complementou. “Todo mundo sabe, não é novidade, que no próprio projeto do DPVAT se colocou a localização desse dinheiro. Se não colocar, a gente vota e o governo vai ter que bloquear, respeitando a lei de Responsabilidade Fiscal”, detalhou Jaques Wagner.

Desoneração

Até o momento, cinco ministros votaram a favor da medida do governo de suspender trechos da lei que prorrogou a desoneração da folha de pagamento dos 17 principais setores da economia e dos municípios até 2027. Os ministros Gilmar Mendes, Flávio Dino, Edson Fachin e Luis Roberto Barroso acompanharam a decisão de Zanin. O julgamento foi suspenso após o pedido de vista (mais tempo para avaliar a proposta) do ministro Luiz Fux. Esse é um impasse entre o governo e o Congresso que agora envolve também o Judiciário.

Nos bastidores, parlamentares entendem que a principal resposta à decisão do ministro de Zanin deva acontecer pela

advocacia do Senado Federal, que deva tratar do assunto até mesmo antes da decisão final sobre no plenário virtual do STF, que acabará 6 de maio, caso não haja nenhum pedido de destaque ou vista (mais tempo para analisar).

Em seu voto, Zanin acatou o argumento da Advocacia-Geral do Governo (AGU) a prorrogação do benefício é inconstitucional, já que indica um impacto orçamentário, sem essa previsão há risco de um desajuste significativo nas contas públicas e até mesmo do esvaziamento do regime fiscal.

Zanin estabeleceu que a suspensão valerá até que seja indicado o impacto fiscal da medida.

Perse

No Senado, o projeto que estabelece novas regras para o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), deve entrar na pauta de votação dessa semana. O assunto foi debatido na última quinta-feira (25) por líderes partidários em reunião com o presidente da Casa, senador

Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O texto determina o teto de R\$ 15 bilhões para os incentivos de abril de 2024 a dezembro de 2026. O projeto também reduz de 44 para 30 os tipos de serviços beneficiados atualmente.

A criação do Perse foi definida na Lei 14.148, de 2021, elaborada para socorrer o setor de eventos devido aos prejuízos causados ao setor durante a pandemia de Covid-19. O governo determinou o fim do programa de forma gradual na Medida Provisória (MP) 1.202/2024, que também previa a reoneração da folha de pagamentos de empresas e a retomada da contribuição previdenciária de municípios.

Os parlamentares defenderam que, nessa semana, a agenda do Congresso deve ser mais leve, por conta do feriado de 1º de maio (quarta-feira). Após a reunião, os líderes afirmaram que a sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados para a análise de vetos presidenciais, adiada na última quarta-feira (24), será realizada entre os dias 7 e 9 de maio.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Para Lula, o ‘Almirante Negro’ foi um herói nacional

Ricardo Stuckert/PR

Ofendido pelo comandante da Marinha, almirante Marcos Olsen, João Cândido Felisberto, o líder da Revolta da Chibata, já foi chamado de herói nacional pelo presidente Lula. Chefe de Olsen, Lula participou, em 2008, da inauguração da estátua do ‘Almirante Negro’ no Centro do Rio — foi quando enalteceu o heroísmo do homenageado. “Só co-



Presidente Lula participa, em 2008, no Rio, da inauguração da estátua de João Cândido Felisberto

nhecendo a nossa história é que vamos formar uma consciência política”, afirmou. A solenidade foi no Dia da Consciência Negra. Em carta ao presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, Aliel Machado (PV-PR), Ol-

sen classificou João Cândido e seus companheiros de “abjetos marinheiros”. Chamou de “fato opóbrio” (vexaminoso, vergonhoso) a revolta de 1910 contra a prática da Marinha de chicotear marujos punidos por ordens de oficiais.

Pressão militar

A carta de Olsen foi para pressionar a Comissão de Cultura a não aprovar o projeto que inclui João Cândido no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria. No documento, ele chamou a Revolta da Chibata de “Revolta de Marinheiros” e disse que seu estopim foi a “atuação violenta” dos marujos.

250 chibatadas

Mas o que detonou a revolta foram as 250 chibatadas aplicadas ao marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes. Os marujos assumiram o controle de quatro navios na Baía de Guanabara e chegaram a disparar contra o Rio: como frisou Olsen, duas crianças foram mortas por um tiro.

O dia do voto

À coluna, Aliel Machado disse que o projeto será votado em 8 maio. Para ele, a Revolta foi um ato heróico contra a violência e o racismo então institucionalizados na Marinha. Na carta, Olsen reconheceu que havia a “prática inaceitável” de “castigos físicos” nos navios.

Punições

Em 1910, João Cândido e os demais marinheiros receberam anistia, mas acabaram expulsos pela Marinha. Alguns foram torturados; outros, fuzilados. O líder da Revolta foi preso e internado num hospício. Em 2008, ele e seus companheiros foram anistiados por Lula.

Reprodução/Prefeitura São João de Meriti



O marinheiro liderou a Revolta da Chibata

João Cândido virou música e enredo de escolas

A história de João Cândido inspirou o samba “O mestre-sala dos mares” composto, em 1975, por João Bosco e Aldir Blanc. Censurada pela ditadura, a letra sofreu sucessivas modificações para ser liberada.

O título “O almirante negro” teve que ser trocado. Na letra, a citação da mais alta patente da Marinha

foi substituída por “navegante”. O verso que tratava das rubras cascatas nas costas “dos negros pelas pontas das chibatadas” foi trocado por “dos santos entre cantos e chibatadas”. No último Carnaval, João Cândido foi o enredo da Tuiuti; em 1985 foi tema do desfile da União da Ilha e, em 2003, da paulistana Camisa Verde e Branco.

O alvo

O anúncio da pré-candidatura do deputado Rodrigo Amorim (União) para a prefeitura do Rio indica que a direita tentará, nos debates, submeter o prefeito Eduardo Paes (PSD) a um tiroteio verbal. Os bolsonaristas se uniriam para desgastar o candidato à reeleição.

Novos padres

Ex-diretor da Abin, o deputado Alexandre Ramagem (PL) é o candidato indicado por Jair Bolsonaro. Amorim e o deputado Otoni de Paula (MDB) entrariam na disputa no papel de Padre Kelmon, que participou da eleição presidencial apenas para fustigar Lula.



Fabio Rodrigues-Pozzeborn/ Agência Brasil

Para Paulo Pimenta, plataforma é “pra todo mundo”

“Feliz com o reconhecimento dessa iniciativa desenvolvida na parceria MGI/Secom que permite que todos acompanhem as ações do governo federal em sua cidade”, comemorou Esther Dweck, ministra da da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Os finalistas da 2ª edição do Prêmio Social Media Gov de Comunicação Pública foram analisados entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Os critérios de avaliação foram envolvimento e impacto coletivo das publicações, pertinência com a temática da categoria. Na Categoria Transparência, foram consideradas

instituições que promoveram a transparência na Administração Pública por meio de conteúdos, posicionamentos e ações

A plataforma

Criado em 2023, o ComunicaBR tem o objetivo de contribuir na comunicação externa e transparência do governo para a população. Na plataforma estão disponibilizados dados de programas do Governo Federal com informações atualizadas e contextualizadas, divididas em categorias, para trazer as informações para o maior número de pessoas. As informações estão divididas entre

estado, município e tema de interesse (como agricultura, saúde, cultura, educação, etc). Ao filtrar as informações, o site informa as ações e investimentos do governo federal no tema de interesse da determinada região.

A plataforma foi desenvolvida em parceria pelo Gabinete Pessoal do Presidente da República, Secom, Casa Civil e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). A proposta do ComunicaBR é dar continuidade a programas de transparência do Governo Federal, como a Lei de Acesso à Informação (LAI), promulgada em 2011.

O site ainda disponibiliza cards informativos, relatórios e panfletos com as informações do que foi gasto e investido nos programas sociais do governo, que se propõem a estar em constante atualização.

Dentre os programas contemplados, estão disponíveis informações sobre a execução de ações de Mais Médicos; Farmácia Popular; Escola em Tempo Integral; Pacto Nacional pela Retomada de Obras; Bolsa Família; Bolsa Atleta; Lei Paulo Gustavo; obras do Novo PAC (Programa de Aceleração de Crescimento); Minha Casa, Minha Vida, Crédito Rural (Agronegócio) e Crédito Rural (Agricultura Familiar), dentre outros.